

O pensamento museológico de José Leite de Vasconcelos

ADÍLIA ALARCÃO*

RESUMO

J. Leite de Vasconcelos não dedicou à museologia um estudo teórico específico. Contudo, é possível acompanhar o seu pensamento, nesse domínio, através dos numerosos escritos que publicou ou se guardam inéditos, bem como da legislação a que deu contributo.

Na esteira das convicções da época, acreditava sem hesitação no papel científico e educativo dos museus, considerando-os, ainda, instrumentos insubstituíveis de política patrimonial.

O seu projecto museológico, centrado sobre a evolução do povo português, procurava estudar de forma interdisciplinar os testemunhos arqueológicos, antropológicos e etnográficos recolhidos à escala nacional e reunidos, de forma sistemática, em exposição permanente.

A formação positivista subjacente a toda a sua actividade científica marca da forma mais positiva a recolha e o tratamento das colecções e a organização da instituição, mas também ajuda a explicar as razões por que a exposição do MEP não conseguiu alcançar o didactismo e a adesão popular que o fundador contava entre os objectivos que lhe eram mais caros.

Palavras-chave: Programa museológico – Programa etnográfico – Exposição

* Consultora em museologia.

ABSTRACT

J. Leite de Vasconcelos did not dedicate a specific theoretical study to museology. However, one can follow his thought in that field through his numerous published and unpublished writings, as well as by means of the legislation to which he contributed.

According to the convictions of the time, he believed, without the slightest hesitation, in the scientific and educative role of museums, still regarding them as irreplaceable instruments of heritage policy.

His museological project, focused on the evolution of the Portuguese people, intended to study in an interdisciplinary way, the archaeological, anthropological and ethnographic relics collected all over the country and systematically gathered on permanent exhibition.

The positivist structure, which underlies his whole scientific activity, marks positively the assemblage and treatment of collections, as well as the organization of the institution; however, it also makes easier to understand the reasons why the Portuguese Ethnological Museum's exhibition did not manage to reach the pedagogic character and the involvement of the public the founder counted on among his most cherished goals.

Keywords: Museological programme – Ethnographic programme – Exhibition

1. O JUÍZO CRÍTICO DESTA EMPRESA

Na introdução à *História do Museu Etnológico Português* (1915), o autor¹ lamenta a falta de tempo para escrever a história metódica que se impunha, deixando a outros tal tarefa, bem como o juízo crítico sobre a empresa inovadora que o Museu representou para o país.

São já muitos os estudos dedicados à personalidade e obra de J. L. de V., sendo lícito pôr em causa o interesse da presente reflexão. A vivência que construímos deste Museu, por contactos muito estreitos e regulares, desde 1960, o ensejo de contribuir para a divulgação de textos importantes, mas um pouco esquecidos ou menos acessíveis,² enfim, a utilidade que sempre poderá ter um ponto de vista diferente, são a justificação que encontramos para participar neste volume de homenagem.

Em Novembro de 1897, ano em que o recém-criado Museu Etnográfico Português tomou a designação de Etnológico, o jornal *O Século* publicava um pequeno artigo intitulado “Museus” (Y, 1897) que nos parece um interessante ponto de partida para a nossa abordagem, porquanto foca três aspectos essenciais, em qualquer época, para a avaliação da instituição museológica: a finalidade, as instalações, índole e uso das colecções.

¹ José Leite de Vasconcelos, por comodidade referido neste artigo pelas iniciais que utilizou para se identificar como autor em “O Arqueólogo Português”.

² A dissertação de doutoramento de H. Coutinho Gouveia encontra-se na situação dos textos menos acessíveis e, por isso, pouco conhecidos. Obra de grande rigor histórico, revelando um património documental praticamente morto, oferece o estudo crítico mais profundo do Museu Etnológico Português e da personalidade do seu fundador, até hoje conhecido. É difícil aceitar que continue inédito.

São os museus, diz o articulista, “instrumentos poderosos de fácil educação popular, pois que, sendo como livros, mestres mudos, educam com menos fadiga e até com recreio”. Uma convicção inteiramente partilhada pelo fundador do MEP³ que em escritos diversos defendeu o papel pedagógico dos museus quer ao nível local e regional, quer ao nível nacional.⁴

O problema das instalações preocupa os dois, de igual modo, podendo ambos ter subscrito a passagem que a ele se refere: «... não vemos que da parte dos poderes públicos haja para com eles [museus] a série de atenções e desvelos de que são merecedores. A começar pelas instalações [...] parte delas não têm casa própria nem alojamento congruente e adequado; outros têm [...] um edifício indecoroso [...] finalmente não há ordem, nem escolha, nem critério admissível para as instalações».

Quanto à organização e apresentação das colecções, o autor do artigo lamenta que também neste aspecto se faça sentir a ausência de critério selectivo, pois se “é certo que em alguns países estrangeiros se encontram os museus omnímodos, não pode admitir-se, numa organização sistemática e de carácter pedagógico, semelhante cruzamento que só se compreende na iniciação dos museus, principalmente dos particulares ou como tributo imbecil à tradição [...] no museu de bellas artes há colecções numismáticas sem valor artístico; no museu arqueológico existe também uma colecção de moedas, algumas sem valor arqueológico e, ao mesmo tempo, artefactos artísticos [...]”.

A coincidência de pontos de vista, também neste particular, não poderia ser maior com o que J. L. de V. defendeu em vários dos seus escritos. O que não deixa de surpreender-nos é que o articulista não reaja perante a enorme diversidade de objectos de natureza arqueológica, etnográfica, antropológica e arquivística expostos no MEP, então sediado provisoriamente na Academia Real das Ciências, a par de outros organismos científicos. Estaria tão familiarizado com a visão holística da sociedade, preconizada nessa época, por alguns etnólogos, como método de investigação, que essa diversidade lhe parecia necessária ao projecto de J. L. de V.?!

Quem será afinal esta personagem cuja identidade se esconde sob pseudónimo e de quem “O Arqueólogo Português” reproduz sem comentários um texto que parece um plágio? Tão interessada pelos museus do seu país, tão conhecedora

³ Utilizaremos esta sigla de forma sistemática por corresponder às duas designações que o Museu teve durante a direcção de J. L. de V.

⁴ A propósito da visita ao Museu Britânico, que adiante referimos, J. L. de V. considera também a categoria de museu geral, aquele que é “destinado a expor materiais que concorram para o conhecimento da história da civilização inteira”.

das realidades de muitos deles, estranha-se que não traga a público uma notícia sobre o MEP cuja recente criação e instalação não poderia deixar de impressioná-la. Todas as dúvidas se desfazem se aceitarmos que o misterioso “Y” é o próprio J. L. de V.

O pequeno artigo publicado num jornal diário, com prestígio, aparece como uma espécie de manifesto, veiculando o essencial do seu pensamento no domínio da Museologia – vocação pedagógica da instituição, sistematização das colecções, adequação das instalações, apoio cultural e logístico ao visitante, reorganização dos acervos geridos por instituições públicas, estímulo oficial aos proprietários dos museus particulares e à colaboração com museus estrangeiros – acompanhado de vários recados dirigidos a governantes, directores de museus e professores dos diversos graus de ensino.

Uma série de mensagens que é possível resumir numa frase lapidar: «uma visita a um museu vale por uma dúzia de prelecções» (*idem*, p. 280).

2. UM GRANDE MUSEU NACIONAL DE ETNOGRAFIA

A segunda metade do séc. XIX assiste na Europa a uma verdadeira explosão de museus, estatais e privados, a que nenhum governante pode ficar indiferente, o mesmo sucedendo com investigadores e artistas.

À divulgação de uma consciência patrimonialista junta-se a necessidade de democratizar o ensino e a cultura e de fortalecer o orgulho patriótico num continente em profunda mudança política, económica, tecnológica e social.

O museu surge como um lugar mágico onde, através da memória preservada das formas de vida de outras épocas, do simples artefacto à obra de arte, dos costumes às crenças, ou da recolha de testemunhos da evolução da terra e das espécies que a povoaram, é possível desenvolver a criatividade, a sensibilidade artística, o leque de conhecimentos. O museu ajuda a mitificar o passado das nações e da humanidade, tornando o presente individual mais “confortável”.

Em Portugal, são muitos e diversificados (quer em termos de estatuto, quer em termos de conteúdo) os museus criados nesse contexto geral, a partir do segundo quartel de Oitocentos, na capital e em outras cidades, por todo o país. Em 1889, conhecendo bem, por contacto directo com as instituições e os seus promotores, este panorama, confia J. L. de V. a Martins Sarmiento a vontade de organizar “um grande Museu Nacional de etnografia” (Gouveia 1977, p. 155). Nessa data já possui um espólio cuja qualidade e dimensão estima suficientes

para a criação de tão “imprescindível instituição” que a possibilidade de crescimento, “coordenando lá tudo o que está disperso por vários museus da capital”⁵ (*ibidem*), permite projectar com carácter nacional, um conceito que só então, já no declinar do século, começa a afirmar-se no terreno museológico.

São variadas as colecções reunidas por J. L. de V., com claro predomínio de objectos arqueológicos o que – por desconhecimento ou discordância ou incompreensão do projecto do fundador – suscitaria muitas vezes, desde logo e por muito tempo, a questão da pertinência da designação de Museu Etnográfico Português com que a instituição foi criada, em 1893, bem como a de Etnológico que toma em 1897. A primeira é explicada pelo facto meramente circunstancial do novo museu dever funcionar como que um desenvolvimento do museu de antropologia já existente e sediado na Comissão dos Trabalhos Geológicos. A segunda, pela necessidade de corrigir o que não traduz o modelo conceptual do inovador projecto museológico do fundador, situação que este modestamente traduz ao dizer que a denominação de Museu Etnológico Português é a “que melhor corresponde ao seu actual, embora modesto desenvolvimento (Vasconcelos, 1915b, p. 91).

Com efeito, se atendermos aos pontos essenciais do pensamento de J. L. de V., aos seus objectivos e à sistematização que desde cedo imprime às colecções por si reunidas, verifica-se a constante presença da perspectiva etnológica entendida como explicação dos costumes, das técnicas e das instituições ao longo dos tempos, em suma, como construção de sínteses e não apenas como processo descritivo e taxonómico.

Formado em Medicina, numa época marcada pelo positivismo, J. L. de V. nunca deixará de perseguir um ideal de rigor metodológico em que a análise dos dados reais, desde simples objectos aos fenómenos sociais, desempenha um papel determinante e insubstituível. Assim se compreende, por um lado, a diversidade do seu labor científico, atento a todas as formas da actividade humana e, por outro lado, a insistência na importância do método de recolha e registo de todos os testemunhos, sem excepção.

Contrariamente a esse rigor, não existem, nos seus escritos, fronteiras bem definidas entre a antropologia, a etnologia, a etnografia e a arqueologia, o que ele assume como natural inevitabilidade, não obstante reconhecer uma certa especificidade disciplinar que distingue cada um destes campos de investigação. Aliás, na época, essa indefinição epistemológica é comum – a paleontologia, a

⁵ Numa segunda fase, o âmbito da recolha alargar-se-ia a todo o país, numa gestão difícil da compatibilidade com o interesse local e regional.

antropologia e a pré-história andam intimamente ligadas entre si e ao trabalho dos geólogos. O Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Lisboa, em 1880, que muito contribuirá para estimular o desenvolvimento destas disciplinas, reflecte bem a situação e reforça a convicção de J. L. de V. de que a existência de um museu nacional irá dar-lhes um valioso contributo.

Em 1893, poucos meses antes da promulgação do decreto que irá criar esse museu, ele insiste por carta, junto do ministro Bernardino Machado, sobre a necessidade dessa instituição que apresenta como um grande Museu Nacional Português (Gouveia, 1997, p. 159) sem outro qualificativo, parecendo que, de forma não explícita, se referia ao projecto que ia mentalmente alicerçando do museu do povo português. Contudo, mais tarde, ao reforçar os pedidos anteriores, designa o museu de “etnológico” mas caracterizando-o como sendo “sobretudo arqueológico” e múltiplas são as instâncias em que, ao longo dos anos, aparentes contradições, semelhantes a esta, se vão repetir.

A comparação entre o decreto de criação do museu e aqueles que irão introduzir-lhe modificações em 1897, 1899 e 1901 mostra que estas não alteram de forma significativa a sua organização programática. Contudo, observam-se ajustamentos no número e designação das secções que o compõem, em resposta ao desenvolvimento das diferentes colecções. Inicialmente, organiza-se em duas secções, a *arqueológica* (da pré-história ao séc. XVIII) e a *moderna*. Em 1897, mantém-se o número, mas são outros os conteúdos: *antropologia* (por inclusão das colecções organizadas por Estácio da Veiga) e *etnografia* (abrangendo cinco subsecções, da pré-história ao período árabe, classificadas como arqueológicas, e uma sexta, portuguesa, que abrange ainda duas sub-subsecções - antiga e moderna). A partir de 1911 a organização sectorial cristaliza-se em três grandes secções: *arqueologia* pré-histórica e histórica; *etnografia* moderna; *antropologia* antiga e moderna.

Assim, por razões mais ou menos acidentais que se prendem com o desenvolvimento algo aleatório do acervo inicial, as dificuldades em concretizar o museu, como o sonhara, e também alguma indefinição disciplinar, J. L. de V. vai ajustando o nome da instituição e o seu programa científico e expositivo. De realçar, a sua insistência em considerar etnográficos todos os testemunhos da actividade humana, independentemente da sua cronologia, o que nos leva a admitir que, para si, a classificação de arqueológico decorre dos procedimentos técnicos de recolha desses testemunhos.⁶

⁶ Este foi o critério que propusemos em 1980 quando o MNAE procedeu à reorganização das colecções, mas nem esse nem outros critérios analisados se mostraram inteiramente satisfatórios.

Parece-nos ainda plausível que as aparentes hesitações ou incongruências do discurso do fundador do MEP se expliquem parcialmente por uma atitude tática, visando facilitar junto dos governantes a aceitação do seu projecto. Já em 1894, estando o museu criado por decreto, compõe um opúsculo em que esboça a história e o plano do MEP que divulga com empenho. Joaquim de Vasconcelos, ao agradecer a oferta, lembra-lhe com rude franqueza que não é possível esperar coerência na ajuda de um político, mesmo sendo amigo; que poucas pessoas saberiam o que era a etnografia portuguesa; que, em regra, as instituições não singravam tanto pelo valor intrínseco dos seus programas e objectivos como pela força de empenhos e influências (Gouveia, 1997, p. 164).

Não admira, pois, que J. L. de V. multiplique, durante anos a fio, os seus esforços e ensaie diferentes discursos (por vezes, excessivamente mesurados e lisonjeadores - quanto lhe deveriam custar!) no intuito de granjear apoios junto dos especialistas e convencer os governantes de que a instituição representava bem pequeno investimento quando comparado com o seu alcance científico e pedagógico. Conquistado o primeiro objectivo – a criação do museu – muitas outras frentes de luta se abrirão para garantir o seu desenvolvimento.

Para H. Coutinho Gouveia não existem dúvidas sobre a opção conceptual que J. L. de V. fez desde início, decorrendo o projecto de criação de um museu etnológico do seu percurso intelectual e “passando [o mesmo] a constituir um elemento fundamental na prossecução dos seus objectivos científicos” (*idem*, p. 115). O volume de investigação desenvolvida e a dimensão e diversidade da colecção por si reunida, até finais da década de 80, careciam de um apoio institucional que lhes garantissem condições de desenvolvimento e as legitimassem como instrumento educativo e de investigação à escala do país. Objectivos que o investigador sabia inatingíveis pelo esforço isolado. O museu deveria aparecer-lhe como meta e simultaneamente como alavanca para um desafio maior.

Em poucas linhas, J. L. de V. desfaz qualquer incerteza que persistisse na interpretação do seu projecto museológico – “um museu etnográfico é ainda um ponto de partida para o progresso dos estudos de Antropologia e de Etnologia, já por assim oferecer materiais, já por despertar nas multidões gosto científico, em virtude do instinto geral de imitação” (Vasconcelos, 1915b, p. 16).

3. UM EDIFÍCIO PARA O MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

Construído de raiz, em local adequado, esse edifício teria representado a decisão correcta de um governo que compreendesse a real importância do projecto que aprovara. A hipótese chegou a ser encarada, mas sem verdadeira convicção

por parte dos decisores. Pelo contrário, o director da instituição empenhou-se seriamente, deixando apontamentos para a história do museu (Gouveia, 1997, p. 175-177) com propostas muito concretas, embora traduzindo uma inevitável adaptação à evolução das suas ideias e experiência museológica.

No entanto, a opção que vinga, e que aparece como a primeira escolha, é a de instalar o novo museu num edifício existente, património do estado. Entre 1893 e 1906, são diversas as soluções, todas provisórias e igualmente insuficientes, tanto em área quanto em adequação arquitectónica. Corresponde a última data à fixação nos Jerónimos, na ala oeste do mosteiro. Em 1900, este local já tinha sido atribuído ao museu, mas ocupando os espaços deixados livres pelo Museu Agrícola na ala oriental (Vasconcelos, 1915b, p. 3).

Descrente da possibilidade de conseguir edificação própria, J. L. de V. não quis deixar fugir a oportunidade de se instalar num edifício com tanto prestígio, bem situado junto ao rio e evocativo de uma fase gloriosa da história pátria.⁷ Os seus esforços organizam-se então no sentido de que o estado lhe conceda no mosteiro todo o espaço de que o museu vai necessitar não só no imediato, mas igualmente na medida do futuro crescimento do seu acervo. A realidade não corresponderá totalmente aos seus anseios, vindo o futuro a distorcer ironicamente o seu pedido a Bernardino Machado de que o museu fosse instalado “perfeitamente mas modestamente” (Gouveia, 1997b, p. 159). Ao longo de mais de cem anos, quedou-se a instalação modesta, e sempre imperfeita.

H. Coutinho Gouveia defende que “caso o museu tivesse edifício construído de raiz” o seu director teria tido “maior ambição programática para a exposição” (*idem*, p. 24). Não cremos, como adiante se lerá, que o programa pudesse ter sido muito diferente, mas a distribuição das colecções no espaço teria sido outra, com óbvia repercussão sobre a qualidade do percurso tornando-o mais lógico, mais atraente e cómodo. Outra consequência positiva da maior importância para a qualificação do MEP teria sido uma melhor distribuição dos serviços técnico-administrativos e de apoio ao visitante, bem como o reforço das competências técnicas. Com efeito, quer nos escritos que produziu sobre o assunto, quer no Regulamento do Museu (contemplando aspectos de notável modernidade), publicado em 1914 (e retomado em Vasconcelos, 1915b), J. L. de V. prevê uma biblioteca “das obras mais indispensáveis acerca dos assuntos do Museu”; um gabinete de fotografia e desenho e uma oficina “de preparação e concôrto de objectos”, instalações desde início tidas como indispensáveis. Infelizmente,

⁷ Estas razões justificam os termos encomiásticos que J. L. V. utilizou com frequência para exprimir a sua satisfação. Os argumentos foram os mesmos invocados no passado recente por alguns decisores políticos para que o museu se mantenha nos Jerónimos, apesar da indiscutível inadequação do edifício.

uma perspectiva muito redutora da cultura, em termos orçamentais, nomeadamente no domínio dos museus, prejudicou sempre o desenvolvimento das (nalguns pontos, inovadoras) ideias que o seu fundador tinha para o MEP e o colocariam em confortável confronto com os melhores congéneres estrangeiros.

4. O MEP COMO OPORTUNIDADE DE INTEGRAÇÃO DE BENS DISPERSOS

Uma das primeiras razões invocadas por J. L. de V., para a criação do museu que ambicionava, residia na possibilidade de se reunir numa instituição pública, especializada, os inúmeros bens dispersos por mãos de privados e outros organismos estatais onde não se compatibilizavam com as colecções principais. Como bem notou H. Coutinho Gouveia, existe neste propósito “uma perspectiva de política patrimonial” de âmbito nacional (Gouveia, 1997b, p. 166).

Como iria ser concretizada? Antes de mais, implicando o estado através da autorização de transferências, da aquisição de colecções particulares e da publicação de disposições legais que privilegiavam o MEP como lugar de incorporação de novos achados. Paralelamente, desenvolvendo ao máximo a iniciativa pessoal, através da recolha directa (no âmbito das excursões de estudo ou das explorações arqueológicas realizadas pelo próprio museu) mas também das frequentes visitas a antiquários e ourives e do estímulo à doação e à informação.

Tais medidas conduziram, com efeito, à salvaguarda de muito património que, sem elas, se poderia ter perdido ou dispersado ou recolhido em piores condições. No entanto, em termos restritos do interesse museológico, não se pode deixar de convir que a construção dos acervos arqueológico e etnográfico pecou por ausência de planificação e por alguma contradição entre o propósito teórico e a prática, pois, com efeito, não é fácil entender como se poderia conciliar o incremento dos museus locais e a salvaguarda do papel dos museus de âmbito regional⁸ com a voracidade de que o museu nacional fazia prova constante, legitimado por disposições legais que em tudo o favoreciam, em especial a partir de 1899 quando o MEP «é agregado aos Serviços a cargo do Conselho Superior de Monumentos Nacionais» institucionalizado pouco antes.⁹

⁸ Nos órgãos de comunicação como nas revistas científicas, J. L. de V. mostrou-se sempre acérrimo defensor dessas instituições cuja actividade seguia de perto e noticiava com empenho.

⁹ Esta ligação, do agrado de J. L. de V. contribuiu muito para o aumento das colecções arqueológicas em detrimento das etnográficas. Quando em 1911 o museu fica subordinado ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, o seu director critica a medida “porque a ideia de Etnologia não se contém na de Arqueologia & Arte” (Vasconcelos, 1915b, p. 5). O que na realidade sucedeu com essa reorganização, foi uma diminuição da influência directa do MEP sobre a actividade arqueológica, incluindo os museus, no plano nacional.

Desejando evitar a perda de testemunhos e alargar, tanto quanto possível, o seu leque, J. L. de V. não hesita em tomar atitudes drásticas, pouco cordiais ou mesmo prepotentes, quando vê ameaçada a possibilidade de novas incorporações.

Certo de que “o progresso tendendo a unificar as civilizações dos povos, faz que muitos usos e tradições se vão pouco a pouco [...] extinguindo” (Vasconcelos, 1915b, p. 82) e que a ignorância, por um lado, e o desenvolvimento urbano e agrícola, por outro, põem em sério risco de perda, ou pelo menos mutilação, muitos testemunhos arqueológicos, o director do MEP recolhe tudo o que pode, nada recusando.

Inevitavelmente, tal afã iria reflectir-se nas assimetrias de ordem temática, cronológica e geográfica que se verificam nas colecções, inviabilizando um desenvolvimento expositivo coerente para atingir a finalidade explicitada por diversas vezes e que constitui o artigo 1.º do regulamento do Museu: “contribuir para o estudo das origens, carácter e evolução histórica do povo português, pela exposição permanente de objectos arqueológicos e etnográficos, e restos antropológicos, provenientes principalmente de Portugal” (*idem*, p. 297).

Poderá argumentar-se, com razão, que a recolha não selectiva de testemunhos pode trazer mais vantagens do que inconvenientes, pois permite, eventualmente, impedir graves perdas. Embora dificultando, tal abundância de objectos não inviabiliza necessariamente a coerência de um programa expositivo, apenas se exige que haja uma avaliação crítica das colecções, com particular atenção às lacunas, e expurgando-as de tudo o que é secundário ou redundante. Essa operação e a constituição de reservas não são, todavia, pontos essenciais do pensamento museológico de J. L. de V. para quem a exposição é, no essencial, a disponibilização integral do acervo.

5. FALAR MAIS À INTELIGÊNCIA DO VISITANTE DO QUE AOS OLHOS

Tal propósito constituía para J. L. de V. uma espécie de corolário dos princípios que deveriam nortear a exposição dos objectos. Claramente expressos em 1897, esses princípios radicavam no “método científico da classificação e do arrumo” conduzindo à construção de um museu dominado pelo espírito normativo.

Nos primeiros anos de existência do museu, refere-se com frequência à beleza que emana de muitas peças e admite que, no interesse dos visitantes, se deva procurar mostrá-las com uma «certa disposição artística», mas esse aspecto é secundário em relação ao dever de inserir com *rigor* cada objecto no grupo a que pertence, obedecendo a critérios bem definidos: a cronologia, o lugar geográfico, a funcionalidade, as características materiais.

Em parte, esse rigor advém da prática de acompanhar cada objecto (ou conjunto) de uma tabela com indicação do local e data do seu aparecimento ou recolha e da região a que pertence. Em 1913, J. L. de V. reafirma este procedimento como “regra de Museologia” obrigatória e lamenta que a falta de disponibilidade financeira o impeça de substituir as tabelas de papel (cuja fragilidade obriga a frequentes renovações) por “chapa com letras fixas” como vira em museus estrangeiros.

No mesmo texto (Vasconcelos, 1915b, p. 345-348) mostra-se preocupado por não ter meios que lhe permitam melhorar as condições de exposição, pois “num museu etnológico, onde os objectos desempenham a função de documentos e podem ser destituídos de beleza material, torna-se indispensável dar-lhes sempre boa acomodação para sobressaírem”. Passadas duas décadas sobre a fundação da instituição e sete anos sobre a inauguração da instalação definitiva no Mosteiro dos Jerónimos, é provável que ao conhecimento do seu director chegassem opiniões de especialistas e do público em geral que, a partir de então, acorria regularmente, embora em número pouco elevado. Por outro lado, o próprio director poderá ter sentido a necessidade de tornar a exposição mais atraente, pois não sustentava ele, desde início, que o MEP deveria proporcionar a quem o visitasse não só conhecimento sobre o povo português, mas também prazer; o «gozo como *terminus* de todos os actos da vida»? (*Idem*, p. 15).

Para tornar a exposição «mais cativante», J. L. de V. não põe a tónica sobre o suporte directo dos objectos, a orientação que eles tomam e o modo como se relacionam entre si, mas antes sobre os expositores: «necessita-se obter para todo o Museu mobília um pouco artística, e em que a mór parte das prateleiras sejam de vidro».

Nos finais de Oitocentos e ainda durante a primeira metade do séc. XX, é corrente em todos os países uma museografia alicerçada sobre o mobiliário expositivo que, nos museus mais requintados, emparelha estilisticamente com os móveis de apoio à recepção e guardaria. Não raro, o seu desenho inspira-se na arquitectura do próprio edifício ou num estilo antigo, o clássico ou, com maior frequência, o gótico, contribuindo para a solenidade do ambiente que uns acham opressivo, mas outros, exaltante como num templo.

O MEP não foge à regra, tanto mais que desde a fundação vive praticamente só de equipamento herdado de outras instituições, que em parte recicla. Para estes como para os móveis encomendados por si, J. L. de V. elabora notas pormenorizadas, por vezes acompanhadas de esboços que traduzem não só as ideias próprias mas também as sugestões de colaboradores¹⁰ sobre aspectos funcionais dos expositores,

¹⁰ Nomeadamente, Félix Alves Pereira, conservador do museu, cuja sensibilidade e intuição para a prática museológica são de assinalar, na história da museologia portuguesa.

suportes dos objectos e sua visibilidade. Dispondo apenas da luz natural como fonte de iluminação, compreende-se o interesse com que são encaradas as vitrinas cujos lados se apresentam todos de vidro, e as prateleiras do mesmo material.

No entanto, por mais relevante que seja o contributo do mobiliário para o êxito de uma exposição, não se pode deixar de reconhecer que bem mais fundamental é o papel do guião, do percurso e do espaço físico e mental concedido aos objectos. Que atenção dedicou o director do MEP a estes aspectos? Como ultrapassou os constrangimentos provocados, em simultâneo, pela escassez de espaço e a vastidão de colecções tão díspares na sua materialidade e significado ou, pelo contrário, tão repetitivas?

Poder-se-ia dizer que, excluindo as dificuldades criadas pela insuficiência do espaço disponível e as características físicas do edifício, os outros aspectos se resolvem naturalmente em função dos objectivos estruturais do seu programa, ou seja, dar a conhecer, através dos testemunhos materiais, a evolução do povo português; permitir a comparação entre as diferentes regiões do país, relativamente ao estado de desenvolvimento em que se encontram e estabelecer, quando possível, a comparação entre países.

O modelo expositivo adoptado e que se procura seguir escrupulosamente, na fase já consolidada da instalação do museu no Mosteiro dos Jerónimos, separa os materiais de acordo com a divisão disciplinar consagrada na lei orgânica. O fio condutor da exposição dos objectos arqueológicos é a repartição cronológica/geográfica; na etnografia impera o critério temático, embora sem perder de vista a filiação geográfica; a secção antropológica combina a temática com a diacronia dos testemunhos.

As condições físicas do edifício e a repartição dos espaços criam dificuldades ao natural desenvolvimento das secções principais e das suas complementares (constituídas pelas colecções comparativas – insulares; coloniais africanas e orientais; estrangeiras), obrigando a instalar os objectos muito pesados no rés-do-chão, ainda que tal conduza a separar o espólio de um mesmo sítio arqueológico.

Esta limitação terá sido a que mais perturbou J. L. de V., cioso de normatividade e defensor do interesse científico da integridade dos conjuntos e da facilidade da análise comparativa. A forma encontrada para ultrapassar os constrangimentos apontados consiste então em estabelecer um circuito lógico, o mais linear possível, e indicá-lo com clareza ao visitante (cf. *idem*, p. 110 e 112). Para um maior aproveitamento do espaço, tal circuito não consegue evitar um movimento zigzagueante entre os expositores que se sucedem ao longo das paredes, os alinhados ao centro e aqueles que se agrupam nos corredores intercalares formados pelos dois primeiros alinhamentos.

Por razões meramente circunstanciais, a posição relativa de alguns conjuntos de objectos variou no decorrer do tempo, com incidência sobre a lógica do ordenamento, mas sem alterar de forma significativa o esquema estruturante da exposição. Uma apreciação desapaixonada deste esquema não pode deixar de reconhecer que ele conduziu a um resultado formal muito pobre onde impera a monotonia a todos os níveis de leitura.

Seria imperdoável querermos avaliar esta forma de expor à luz dos conceitos museológicos actuais, pois há uma abissal diferença de recursos museográficos e de atitudes por parte dos públicos. No essencial, o MEP não se afasta muito da museologia praticada na época, mostrando-se mesmo exemplar em matéria de organização e conservação do acervo e preocupação pedagógica. O que se compreende mal é que o seu director não pareça ter consciência de que, tal como foi concebida e realizada, a exposição dificilmente consegue transmitir aos visitantes a utilidade dos objectos modernos tradicionais para a compreensão dos vestígios arqueológicos, ou seja, da complementaridade da arqueologia e da etnografia, tão militantemente por si defendida. De igual modo, falha o objectivo de levar o público a consciencializar que a evolução do povo português é um processo contínuo, não obstante as variações de ritmo e as diferenças regionais.

Quando procura que “os objectos falem, por assim dizer, mais à inteligência do que aos olhos”, J. L. de V. esquece que “a vista chega antes das palavras. A criança olha e vê antes de falar” (Berger, 2005, p. 9) e ignora que muito do seu público alvo é o povo iletrado: artesãos e rurais “vindos à cidade ao domingo”, já para não falar nas crianças, “desde as primeiras idades” em quem deposita grandes esperanças.

Excessivamente grande e ordenada em categorias de objectos, a sua exposição exigia uma capacidade de observação, memória e resistência à fadiga que só se poderia esperar de indivíduos cultos e com interesse orientado para as matérias ali exibidas. Mas nem a esses e muito menos à generalidade do público se poderia pedir o esforço de síntese que o Mestre não fizera. É certo que ainda se estava longe, no tempo, da ideia de que aos museus compete ajudar os objectos a transmitirem as histórias e mensagens que encerram, colocando-os amorosamente em diálogo, entre si e com os visitantes, numa linguagem que fale ao coração antes de solicitar a inteligência.

Em 1915, ao relatar a visita feita em Londres, ao Museu Britânico (Vasconcelos, 1915a, p. 35), confessa J. L. de V. ter sido a secção dedicada à vida quotidiana dos Gregos e Romanos uma das que mais o deleitaram. Às razões de ordem científica com que justifica o sentimento experimentado (“os paralelos que existem com os objectos lusitano-romanos” e “porque com a etnografia do passado se

relaciona intimamente a da actualidade que pela mór parte tem seus genes naquela”), ter-se-á unido, ainda que de modo menos consciente, a sedução que o tratamento monográfico de um tema exerce sobre qualquer pessoa.¹¹ Antes que alguém pergunte porque não usa o mesmo método no MEP, ele próprio antecipa a resposta no mesmo texto: “num museu de carácter nacional [...] os objectos de cada época têm de obedecer ao carácter geográfico para se ver como é que a civilização caminhou de um ponto do país para outro [...]. É isso que importa a um visitante português”.

Seria só e exactamente isso?! Tivesse J. L. de V., através de uma rigorosa selecção das colecções de que dispunha, em função dos temas mais significativos, ensaiado “a síntese museográfica da problemática da evolução cultural havida no território português” (Filgueiras, 1983) e bem mais enriquecedoras teriam sido as consequências do seu projecto. Ao mesmo tempo que lhe seria mais fácil fazer compreender, a um público vasto como pretendia, “a vida do povo português em toda a sua amplitude”, a exposição também mais facilmente despertaria a inspiração “de artistas e artífices”, o “sentimento patriótico”, o “gosto científico”.

Tal exercício teria ainda tido a vantagem de suscitar uma avaliação crítica das colecções já incorporadas, orientando a recolha, quer no campo arqueológico, quer no etnográfico, para a tentativa de colmatar falhas importantes. Também a organização de temas secundários e núcleos comparativos, necessários e tão do seu gosto, seria assim facilitada e os conteúdos melhor apreendidos.

Preferindo expor integralmente o acervo do museu, obedecendo a critérios mais próprios da sistemática do que da etnologia, J. L. de V. acaba por construir o que se poderá considerar uma enorme e bem ordenada reserva visitável. Ainda a propósito da apresentação temática das colecções no Museu Britânico, acrescenta que “o estudo da nossa Arqueologia far-se-ia melhor em livro, mas nada impede que se organizem por assuntos quer álbuns ou quadros ou secções de objectos repetidos ou reproduções” (Vasconcelos, 1915a, p. 65). A leitura do seu programa apresentado em 1894, das resenhas publicadas em 1915 sobre o estado em que então se encontra o MEP e as ideias que na mesma data divulga sobre etnografia comparativa, leva-nos a parafraseá-lo, concluindo que o seu projecto se realizou melhor em livro do que através da exposição. Conclusão que não diminui o enorme contributo que trouxe à museologia portuguesa.

¹¹ A exposição dedicada ao seu Endovélico é entre outros ensaios, sobretudo no sector da etnografia moderna, um exemplo de que J. L. de V. reconhecia a importância do tratamento temático dos objectos ao nível da exposição.

6. SUPRIR A LEITURA DE VOLUMES INTEIROS

O “exame do Museu, sendo feito com o método indicado” na folha de acompanhamento da visita (datada de 1910-11), permitia a quem quisesse instruir-se “suprir a leitura de volumes inteiros”. Tal é a convicção expressa por J. L. de V. nesse volante.

Trata-se de um roteiro sumário que, além do circuito, identifica as colecções, situa-as no tempo e, nalguns casos, justifica (por comodidade de arrumação ou excessivo peso) a colocação insólita em relação à secção em que se encontram. Esclarece também o visitante de que pode obter dos «empregados» as informações que desejar e eles lhe puderem dar. Esta ressalva sobre a capacidade de informação dos funcionários mostra tratar-se do pessoal auxiliar que assegura a guardaria, estando assim acessível ao visitante comum, porquanto o acompanhamento técnico, garantido pelo conservador e pelos preparadores, se reservava, em regra, às visitas de estudo.

Empenhado no “valor pedagógico das visitas”, o próprio director orienta muitas delas, preparando-as cuidadosamente. No documento “Em prol do Museu Etnológico” (Vasconcelos, 1915b, p. 345) refere que os visitantes perguntam com alguma frequência por um catálogo. Com que motivações? Desejo de possuir uma obra que ajude a recordar e aprofundar o que viram no museu? Necessidade de resposta à curiosidade suscitada por objectos não identificados? As duas coisas? E que tipo de catálogo? Desconhecendo o perfil dos interessados, não é fácil responder.

Para J. L. de V. o pedido tem em vista o catálogo geral das colecções,¹² instrumento previsto desde 1893 e que toda a legislação posterior refere como parte integrante do museu, independentemente de se fazerem “publicações especiais relativas a objectos nele existentes, ou quaisquer outras com o fim de servir a ciência e despertar interesse no público” (*idem*, p. 292). Justifica a sua inexistência por três ordens de razões – falta de espaço para expor tudo o que ainda está encaixotado; falta de pessoal especializado; falta de tempo – e sente-se alguma críspação quando recorda que “O Museu é recente: conta 20 anos de existência e ainda não passou além da geração que o fundou” (*idem*, p. 346).

O catálogo – destinado a ser usado pelos visitantes – será “sucinto mas geral, de todo o Museu” e seria “imperfeito e improfíquo” se os destinatários não pudessem observar todos os objectos referidos. Perante a dimensão do acervo e as considerações expostas, a obra resumir-se-ia a pouco mais do que listagens identificadoras das peças.

¹² A importância atribuída ao catálogo é constante nos textos de J. L. de V. Ao falar do Museu Real Escocês (Edimburgo) especifica que “os objectos, por escassez de espaço, estão muito acumulados (o mesmo sucede no Museu Etnológico). Mas o catálogo obvia ao inconveniente” (Vasconcelos, 1915a, p. 105).

Era o modelo comum na época, mas a vastíssima cultura de J. L. de V. e a sua natural inclinação para problematizar e contextualizar, permitiam-lhe escrever outro tipo de catálogo bem mais útil e consonante com a finalidade, por que sempre lutou, de ajudar os portugueses a compreenderem-se como nação.

Aquilo a que chamou “catálogo parcial”, i. e., o estudo monográfico, relativo a uma colecção, poderia ter ajudado a superar as insuficiências de informação e de eficácia didáctica. Porém, as várias monografias que foram vindo a lume nem obedeciam a um plano de títulos, nem eram as mais interessantes para o grande público, nem se encontravam a fácil alcance, publicadas em “O Arqueólogo Português”.

Dotado de uma curiosidade sem limites, acompanhada por igual capacidade de trabalho e uma inteligência invulgar, J. L. de V. não tinha, por certo, consciência das dificuldades que o comum das pessoas experimentava para observar e interpretar a quase totalidade dos objectos expostos, mesmo com o apoio valioso do já referido volante, dos “sumários” sobre as diferentes épocas históricas, dos mapas geográficos e arqueológicos, das aguarelas, das gravuras, disponibilizados em quadros suspensos das paredes ou painéis giratórios, concebidos como “complemento” da “instrução obtida pelo exame dos objectos” (Vasconcelos, 1905, p. 65).

A observação pessoal constituía o alicerce e a chave de todo o conhecimento, para este positivista cujo “autodidatismo foi um dos traços característicos da sua personalidade” (cit. por Ribeiro, 1993, p. 46) e do seu labor científico marcado por forte cunho pessoal e originalidade.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, J. (2005) – *Modos de ver*. Barcelona: G. Gili. 173 p.

FILGUEIRAS, O. L. [et al.] (1983) – *Programa preliminar para o projecto das novas instalações do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. (12 de Maio). [Dactilografado]. Acessível no Arquivo Histórico do MNA.

GOUVEIA, H. C. (1997) – *Museologia e etnologia em Portugal. Instituições e personalidades*. Dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de doutor em Antropologia, área da Museologia. 1196 p. Não publicada.

RIBEIRO, O. (1993) – A formação inicial de Leite de Vasconcelos: Do naturalista ao investigador de ciências humanas. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa. 6 (1992/93), p. 23-50.

VASCONCELOS, J. L. (1915a) – *De Campolide a Melrose: relação de uma viagem de estudo: Filologia, Etnografia, Arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional. 183 p.

VASCONCELOS, J. L. (1915b) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. 444 p.

Y. (1897) – *Museus. O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 279-280.

